



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria de Assistência ao Plenário

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
ORDEM DO DIA
PARA A 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 1º DE JUNHO DE 2026
(SEGUNDA-FEIRA)

PROPOSIÇÃO EM REDAÇÃO FINAL

Item 1 – Redação Final do Projeto de Lei nº 210/2025.

Autoria do Deputado Batatinha.

Institui o Dia Estadual da Perita Criminal, a ser comemorado anualmente no dia 03 de março.

PROPOSIÇÕES EM 2º TURNO

Item 2 – 2º Turno do Projeto de Lei nº 324/2026.

Autoria do Tribunal de Justiça. Ofício nº 811/2026.

Extingue o Serviço Distrital de Alto Faraday, altera a grafia do nome do Serviço Distrital que especifica, e altera a Lei nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça.

Item 3 – 2º Turno do Projeto de Lei nº 427/2026.

Autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 28/2026.

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Fiscal de Controle e Procedência e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência, e dá outras providências.

Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda.

Item 4 – 2º Turno do Projeto de Lei nº 428/2026.

Autoria do Tribunal de Justiça. Ofício nº 997/2026.

Extingue os Serviços Distritais de Francisco Frederico Teixeira Guimarães, da Comarca de Palmas, e de São Clemente, da Comarca de Santa Helena, e altera a Lei nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria de Assistência ao Plenário

Item 5 – 2º Turno do Projeto de Lei nº 451/2026.

Autoria do Tribunal de Justiça. Ofício nº 1.096/2026.

Incorpora o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, criado pela Lei nº 17.838, de 19 de dezembro de 2013, e autoriza a transferência dos recursos, receitas e despesas desse fundo para o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, instituído pela Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998.

Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação.